

Artigos

A realidade da inclusão de autistas no ensino regular

Reality of the inclusion of autism in regular education

Graziela Aparecida Pizolli¹; Noemia Aparecida Maidl²; Claudinéia Conationi da Silva Franco³

¹Graduada em Pedagogia, Faculdade UniBF

²Graduada em Pedagogia, Faculdade UniBF

³Professora de curso superior, Faculdade UniBF, Doutora em Biologia Celular e Molecular- PBC – UEM

✉ graziescritora@hotmail.com; noemiamaidl@outlook.com; clauconationi@gmail.com

Palavras-chave:

Desafios.
Inclusão.
Autismo.
Família.
Ensino Fundamental.

Resumo

A inclusão, a falta de espaço físico adaptado, professores e equipe pedagógica não atualizados estão presentes nas escolas de ensino regular, e geram desafios diários no processo ensino aprendizagem. O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância de pensar na inclusão e buscar informações para que haja maior conscientização por parte da família, do aluno e da escola. Como recurso metodológico foi utilizado a pesquisa de campo, de natureza descritiva, em que relata algumas considerações sobre o dia-a-dia da inclusão escolar discutidos na revisão de literatura. A pesquisa foi desenvolvida a partir de questionários respondidos pela Secretária de educação Professora Marcilene Orlando Vandal, diretores (as) e coordenadores (as) de quatro instituições, sendo duas escolas de Educação Infantil e duas do Ensino Fundamental. Através dessa pesquisa entende-se que as escolas não estão totalmente preparadas e que há um longo caminho a percorrer para que o aluno com autismo ou outra deficiência seja atendido, tenha seus direitos respeitados nas instituições de ensino regular e se desenvolvam de forma satisfatória.

Abstract

Inclusion, lack of adapted physical space, teachers and pedagogical staff that are not updated are present in regular schools and generate daily challenges in the teaching-learning process. This article aims to show the importance of thinking about inclusion and seeking information so that there is greater awareness on the part of the family, the student and the school. As a methodological resource, field research, of a descriptive nature, was used, in which it reports some considerations about the day-to-day of school inclusion discussed in the literature review. The research was developed from questionnaires answered by the Education Secretary Professor Marcilene Orlando Vandal, principals and coordinators of four institutions, two of which are Early Childhood Education and two elementary schools. Through this research it is understood that schools are not fully prepared and that there is a long way to go for students with autism or other disabilities to be served, to have their rights respected in regular education institutions and to develop satisfactorily.

Keywords:

Challenges.
Inclusion.
Autism.
Family.
Elementary School.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente inclusão nas escolas é uma realidade que está em evidência. Existem vários tipos de deficiências e necessidades especiais. Nesse artigo descreve-se sobre o Autismo, pelo fato de haver poucos professores capacitados para atender as necessidades de alunos autistas e conseqüentemente há

marginalização, quando se refere ao processo de ensino aprendizagem e limitação na convivência com os demais alunos em sala.

A escolha do tema abordado deu-se por conhecer o processo da inclusão do aluno autista na escola regular da rede pública e suas contribuições, pois, o ensino inclusivo é um direito conquistado e dever da sociedade aceitar e cumprir as leis que o garantem.

O problema em estudo é como saber se as escolas de ensino regular e seus professores estão preparados para receber alunos autistas? Se os professores reconhecem a importância do seu papel no desenvolvimento de seu aluno autista? E se a comunidade escolar consegue identificar as necessidades do aluno autista?

Até então as escolas têm realizado inclusão através de medidas facilitadoras, tais como, professoras de reforço, salas de aceleração e ainda se percebe a necessidade da atuação dos profissionais qualificados. Na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la e deve-se transformar a cada dia de acordo com as necessidades de seus alunos.

Diante dessa perspectiva os profissionais de educação precisam estar atentos às características de seus alunos, suas limitações e buscar entender suas deficiências para contribuir com seu aprendizado.

A educação nas escolas inclusivas deve ser vivenciada individualmente na sala de recursos e de forma coletiva na sala de ensino comum.

Sendo assim, o processo educacional reduz a marginalização do aluno na escola por suas diferenças e necessidades, como também pela sociedade. Uma contribuição na vida acadêmica e social.

Portanto, o objetivo desse trabalho é descrever o que é autismo, identificar suas características e necessidades para ajudar o aluno portador dessa deficiência em seu desenvolvimento e fazer uma análise sobre a inclusão, através de pesquisa, no Município de Paraíso do Norte-Pr, para obter informações sobre a quantidade de alunos com o diagnóstico de Autismo na rede pública de ensino infantil e fundamental, bem como, qual a proposta pedagógica é utilizada nesse processo de ensino e aprendizagem.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Breve Histórico sobre o autismo

O autismo tem evidência nas discussões sobre inclusão no nosso país. É uma das deficiências mais presentes na escola de ensino regular e, portanto, merece uma atenção específica. A palavra *autismo* deriva do grego *autos*, que significa *voltar-se para si mesmo*. A primeira pessoa a utilizá-la foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler para se referir a um dos critérios adotados em sua época para a realização em um diagnóstico de Esquizofrenia. Estes critérios, os quais ficaram conhecidos como “os quatro ‘A’s de Bleuler, são: alucinações, afeto desorganizado, incongruência e autismo. A palavra referi-se à tendência do esquizofrênico de *ensimesmar-se*, tornando-se alheio ao mundo social – fechando-se em seu mundo, como até hoje se acredita sobre o comportamento autista. (COMPORTE-SE, 2010).

Segundo Cavalcante e Rocha (2007):

Na década de quarenta, em plena Segunda Guerra Mundial, Leo Kanner, psiquiatra naturalizado americano, propôs uma nova síndrome na psiquiatria infantil que denominou a princípio de “distúrbio autístico do contato afetivo” e depois de “autismo” [...]. A criação desse novo quadro nosográfico deveu-se, segundo Kanner, à sua observação clínica de algumas crianças que não se enquadravam em nenhuma das classificações psiquiátricas existentes na psiquiatria infantil: a demência precoce, a esquizofrenia infantil e a oligofrenia. (CAVALCANTE; ROCHA, 2007, p. 23)

O dia 2 de abril foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008 como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. O autismo é uma síndrome que afeta vários aspectos da comunicação, além de influenciar também no comportamento do indivíduo, o que torna o diagnóstico impreciso, pois o comportamento dos pacientes varia de indivíduo para indivíduo. Dessa forma, estima-se que o Brasil, com seus 200 milhões de habitantes, possua cerca de dois milhões de autistas. Contudo, apesar de numerosos, os milhões de brasileiros autistas ainda sofrem para encontrar tratamento adequado, o que retarda o diagnóstico e um possível tratamento. Apesar de o autismo ter um número relativamente grande de incidência, foi apenas em 1993 que a síndrome foi adicionada à Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. (OLIVEIRA, 2018).

Apesar dessas informações o número de pessoas autistas no Brasil é desconhecido, pois a base é relacionada aos números de outro país. O Brasil adota números do autismo dos Estados Unidos, onde a doença atinge uma em cada 110 crianças. (QUEBRANDO TABU, 2018).

No fim dos anos 1980, uma a cada 500 crianças era diagnosticada com autismo. Hoje, a taxa é uma a cada 68. O significativo aumento chamou atenção até da ONU, que classificou o distúrbio como uma questão de saúde pública mundial. Até meados dos anos 1990, para ser considerada autista, a criança precisava não interagir socialmente nem se comunicar. Depois foi considerado que ela precisava ter alguma alteração na qualidade da comunicação e da interação social em comparação com outras da mesma idade. Com isso, houve uma expansão no diagnóstico. Um dos principais problemas é o diagnóstico do transtorno. Como ainda não há marcadores biológicos e exames específicos para o autismo, o diagnóstico é clínico feito por meio de observação direta de comportamentos e uma entrevista com pais ou responsáveis. (QUEBRANDO TABU, 2018).

2.2 Conhecer e identificar o autismo

Segundo Cavalcante e Rocha (2007):

Metáforas terríveis que circunscreveram o imaginário teórico e clínico e que acompanha tanto os familiares quanto aqueles que trabalham com essas crianças: “tomadas desligadas”, “conchas”, “fortalezas vazias”, “carapaças”, “ovo”, “buraco negro”, são as metáforas que geralmente definem o autismo. Definições pelo déficit, pela ausência de desejo, de fantasia, de relação com o mundo e com a vida, quase como um ser subjetividade, ou pelo menos sem semelhança de subjetividade que permita um mínimo de positividade. (CAVALCANTE; ROCHA, 2007, p. 12).

Por mais que haja diversas pesquisas sobre o tema, uma diverge da outra, há em meio à literatura várias classificações sobre o autismo, dentre elas a de Cavalcante e Rocha que deposita alguns atributos como: “[...] seres sem desejo, incapazes de fantasiar, que não estabelecem relações com o meio [...]”. (CAVALCANTE; ROCHA, 2007, p.14). Devido essa dificuldade de aproximação faz com que entender o autismo seja algo tão complexo e varia de indivíduo para indivíduo, pois cada um tem suas particularidades e seu desenvolvimento afetivo e cognitivo é diferente de um para o outro de acordo com o meio e o estímulo recebido durante seus primeiros anos de vida. (CAVALCANTE; ROCHA, 2007).

O autismo surge normalmente nos primeiros anos de vida e atinge a comunicação, a interação social, a imaginação e o comportamento, além de ter dificuldades em entender o outro e os sentimentos alheios. Essa condição vai até a adolescência e a vida adulta do indivíduo. São muito complexos os comportamentos dos indivíduos autistas e isso faz com que o diagnóstico seja dificultado e até atrasado. Dentre as diversas classificações e pesquisas, a mais divulgada no meio científico e que traz maior clareza é a do livro do MEC - Tendências e Desafios da Educação Especial:

Autismo é a síndrome presente desde o nascimento e se manifesta invariavelmente antes dos 30 meses de idade. Caracteriza-se por respostas anormais a estímulos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa a aparecer, e quando isto

acontece, notam-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical imatura, incapacidade de usar termos abstratos. Há também, em geral, uma incapacidade na utilização social, tanto na linguagem verbal como da corpórea. Ocorrem problemas muito graves de relacionamento social antes dos cinco anos de idade, como incapacidade de desenvolver contato olho a olho, ligação social e jogos em grupos. O comportamento é usualmente ritualístico e pode incluir rotinas anormais, resistência a mudanças, ligação a objetos estranhos e um padrão de brincar estereotipado. A capacidade para pensamento abstrato simbólico ou para jogos imaginativos fica diminuída. A performance é com frequência melhor em tarefas que requerem memória simples ou habilidade viso espacial, comparando-se com aquelas que requerem capacidade simbólica ou linguística. (SEESP, 1994, p. 16).

A pessoa com autismo, como outras deficiências, tem seus direitos assegurados na lei de nº 12,764/12. Conforme Cunha (2014):

A Lei nº 12.764/12 caracteriza a síndrome como uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por dificuldade de comunicação verbal e não verbal, reciprocidade social e dificuldades para se desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. Além disso, o texto da lei ressalta os padrões restritivos e repetitivos de comportamentos da pessoa com autismo, manifestados por atividades motoras ou verbais estereotipadas ou por comportamentos sensoriais incomuns, apego a rotinas e interesses restritos e fixos. (CUNHA, 2014, p. 20).

O autismo pode ser classificado como leve, moderado ou severo, sendo a última a forma a mais grave do transtorno. Com base na revisão de literatura foram constatados quatro quadros de autismo sendo eles: Síndrome de Asperger, Autismo Atípico, Transtorno de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância.

2.2.1 Síndrome de Asperger

Síndrome de Asperger é um transtorno neurobiológico enquadrado dentro da categoria Transtornos do neuro desenvolvimento, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). Afeta a forma como as pessoas percebem o mundo e interagem com outras pessoas. Pessoas com Síndrome de Asperger veem, ouvem e sentem o mundo de forma diferente de outras pessoas, possuem inteligência média ou acima da média, geralmente não têm dificuldades de aprendizagem que muitas pessoas autistas têm, mas podem ter dificuldades específicas de aprendizagem em relação a fala eles têm menos problemas, mas ainda podem ter dificuldades em entender e processar a linguagem, ou seja dificuldade em interpretar linguagem verbal e não verbal como gestos ou tom de voz. Outro ponto importante é que a Síndrome de Asperger pode ser diagnosticada tardiamente em crianças, quando comparado a outros espectros do autismo. Algumas dificuldades podem não ser reconhecidas e diagnosticadas até a idade adulta. (VITUDE BLOG, 2018).

2.2.2 Autismo Atípico

O Autismo Atípico também conhecido como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, sem outra especificação (PDD-NOS) é outro transtorno do espectro do autismo, que não mais realiza um diagnóstico oficial separado no DSM-V. Em vez disso, profissionais de saúde mental irão diagnosticar esses indivíduos com autismo de alto funcionamento ou de baixo. O autismo atípico envolve algumas, mas não todas as características clássicas de autismo. As pessoas diagnosticadas com PDD-NOS podem lidar com a linguagem ou as habilidades sociais e comportamentos repetitivos, mas eles não podem encontrar desafios em todas as três áreas. Esta desordem difere de Síndrome de Asperger por causa das habilidades linguísticas. Além disso, algumas pessoas com PDD-NOS podem ter atrasos de linguagem. (ATEC, 2018). Esta categoria deve ser usada quando existe um comprometimento grave e global do desenvolvimento da interação social, da comunicação verbal e não verbal e a presença de estereotípias de comportamentos, interesses e atividades. Enquanto algumas das características podem ser mais leves, outros podem ser mais graves. (CUNHA, 2014).

2.2.3 Transtorno de Rett

É proveniente de causas desconhecidas e com severa deficiência mental. O Transtorno de Rett é relatado até o momento apenas em crianças do sexo feminino. Ocorre pelo desenvolvimento progressivo de múltiplos específicos, após um período de funcionamento normal durante os primeiros meses de vida. Possui severo prejuízo no desenvolvimento da linguagem, expressiva e receptiva, aliado a uma grave deficiência mental e psicomotora, além da probabilidade da incidência de convulsões. (CUNHA, 2014).

2.2.4 Transtorno Desintegrativo da Infância

É mais raro que o autismo, com sintomas semelhantes ao de Rett, mas incidindo predominantemente em meninos e geralmente acompanhado de deficiência mental. No período em que antecede ao quadro, a criança pode se tornar irrequieta, irritável, ansiosa e hiperativa. Ocorre o empobrecimento e perda da fala e da linguagem, acompanhado por desintegração do comportamento. (CUNHA, 2014).

Dentro do comportamento autista há uma variação intensa, dependendo do desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo. Assim o autista pode apresentar uma capacidade impressionante em algumas atividades específicas e dificuldades em outras. (CUNHA, 2014).

2.3 Escolas, o professor, a família e a inclusão

2.3.1 A escola

O Transtorno do Espectro Autista por apresentar diversas dificuldades do desenvolvimento humano, necessita do trabalho comprometido de todos os profissionais envolvidos com a educação e principalmente da dedicação e empenho dos seus familiares. A escola inclusiva é um importante fator para o relacionamento social e desenvolvimento das habilidades de todos os educandos que necessitam da mesma. Quanto às necessidades educativas especiais apresentadas pelo autismo, também é considerado deficiência por lei e tem direito de fazer uso de todos os benefícios que a inclusão oferece na rede regular de ensino. (CUNHA, 2014).

Segundo Cunha (2014):

A atuação dos profissionais da escola é muito importante, sendo que muitos casos de autismo foram percebidos primeiramente no ambiente escolar. Na escola, devem-se utilizar o afeto e os estímulos peculiares do aluno para conduzi-lo ao aprendizado, porque, na educação, quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina. (CUNHA, 2014, p. 29).

Em nossa constituição, os direitos da pessoa com deficiência estão espalhados ao longo de todo o seu texto, desde o preâmbulo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ora tutelando a pessoa com deficiência como ser humano (nisto em igualdade com as demais pessoas) ora especificando sua condição como pessoa com deficiência. Além da Constituição, os direitos da pessoa com deficiência também são referidos por leis e decretos federais, estaduais e municipais. (ARNS, 2008).

A LEI N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB) dispõe no Art. 58, sobre a educação especial que para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

No Estatuto da Pessoa com Deficiência do Direito à Educação, Lei N° 06/2003 de 06 de dezembro de 2006 Art. 36, dispõe que a educação é direito fundamental da pessoa com deficiência e será prestada visando o desenvolvimento pessoal, a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania. No Art. 37 afirma que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade

assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar. (BRASÍLIA, 2008).

De acordo com SEESP (1994, p.26) “Antes de chegar à sala de aula, o aluno é avaliado pela supervisão técnica, e o seu caso discutido com a coordenação pedagógica, com vistas a inseri-lo num grupo adequado, considerando sua idade cronológica, sua idade de desenvolvimento e nível de comportamento”.

Quando se fala em inclusão, logo vem à memória o aluno com deficiência, porém há outros personagens nesse contexto que precisam ser pensados e trabalhados. São os colegas de classe desse aluno. A interação das diversidades é importante, mas se faz necessário conscientizar os alunos e acompanhar esse processo com todos os envolvidos na da instituição. “Por funcionarem em escolas de ensino regular, é dada atenção especial à sensibilização dos alunos, funcionários e comunidade escolar, fornecendo informações básicas sobre quem são e como se comportam esses alunos [...]”. (SEESP, 1994, p. 26).

Um dos papéis da escola é firmar uma relação de diálogo e troca de informações sobre o aluno que está sendo incluso. Para tanto se faz necessário mudanças de postura tanto da escola como da família. “Quando a escola assumir a competência de orientar e apoiar a família do aluno, poderá almejar um trabalho conjunto, que poderá surgir através da mudança de postura do próprio aluno e da aproximação da família”. (PICCHI, 2002, p. 95).

2.3.2 O professor

Professores capacitados para trabalharem com crianças autistas e/ou portadores de necessidades educacionais especiais, desempenham papel decisivo no processo de inclusão do aluno que apresenta esta síndrome. Mais uma vez, faz-se necessário a participação dos pais na escola, pois juntos, esses dois espaços sociais, de convívio frequente do aluno autista, conseguem estabelecer diálogo e encontrar medidas para uma educação positiva do aluno autista. Ou seja, os pais precisam e devem cobrar das escolas, onde os seus filhos autistas estão inseridos, por professores capacitados que possam atender e contribuir com o desenvolvimento da criança autista. (SEESP, 1994).

Na concepção da SEESP (1994):

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas ideias sobre o desenvolvimento, educação, normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever o impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e, na maioria das vezes, imprevisíveis. (SEESP, 1994, p. 22).

Diante disso é importante ressaltar a importância da interação entre o professor, o aluno e a família, pois é através de um diálogo entre os meios que o professor começa a conhecer, elaborar estratégias para atender o aluno especial e atender suas necessidades. Isso facilita o convívio do aluno no meio em que está inserido. (CANZINI, 1985).

“O resultado do relacionamento do professor com o aluno e sua família é permitir que o mesmo saiba que na vida sempre há um lugar para todos e fazer com que cada criança com deficiência encontre seu lugar”. (CANZINI, 1985, p. 67).

Essa relação do professor com o aluno autista é conquistada aos poucos, através da paciência, da observação e do amor envolvido. É um processo lento, mas rico em experiências tanto para o professor como para o aluno. (CUNHA, 2014).

2.3.3 A família

É importante ressaltar que a inclusão é muito difícil para a família. Uma mistura de medo e insegurança que rodeiam a mente dos pais, que na verdade só gostaria de colocá-la em um casulo e cuidar. Mas é necessário que a criança autista tenha contato com o mundo e vença seus próprios limites. (PASSOS, 2009).

Passos (2009) afirma que:

Estamos passando pela problemática do “estigma” e da discriminação em pleno século XXI. As crianças e jovens especiais vêm acumulando uma carga psicológica para si juntamente com seus familiares, que passam a ter “necessidades especiais”, eles necessitam de orientações e principalmente do acesso a grupos de apoio. Na verdade, são eles que intermediarão a integração ou inclusão de seus filhos junto à comunidade. A proposta é encorajar instituições a se debruçar sobre a questão e usar meios de inserção e não de exclusão. (PASSOS, 2009, p. 67).

A família tem um papel fundamental na inclusão de seus filhos e por isso precisa de uma atenção especial, para que haja uma interação entre família/escola. As duas precisam estar juntas nesse processo, ou seja, uma dando suporte a outra. “Escolas regulares, que possuem tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos [...]”. (PASSOS, 2009, p. 30).

O que na prática é bem diferente, o que os alunos autistas vivem nas escolas regulares é um quadro bem diferente. Os alunos normalmente ocupam cadeiras em sala de aula, os professores acabam por eles mesmos excluindo seus alunos das atividades e não oferecendo uma opção relativa à sua necessidade, tudo porque os professores não receberam formação específica, onde são levantados e discutidos temas sobre as diversidades humanas valores e princípios dentro do aspecto de sistemas educacionais inclusivos. (PASSOS, 2009).

Passos (2009) afirma ainda ser:

[...] importante que os professores tomem ciência do diagnóstico e do prognóstico do aluno com necessidades educacionais especiais, entrevistem pais ou responsáveis para conhecer todo o histórico de vida desse aluno. A fim de traçar estratégias conjuntas de estimulação família e escola, peçam orientações e procurem profissionais como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, que estejam ou que já atenderam estes alunos, solicitando relatórios e avaliações, e pesquise várias técnicas, métodos e estratégias de ensino, em que variáveis como o desenvolvimento físico, sobretudo as experiências sociais estejam presentes. (PASSOS, 2009, p. 79).

Cada segmento da sociedade tem um papel importante no desenvolvimento do aluno e precisam ser esclarecidas algumas dúvidas em relação a esse papel. Uma relação de respeito precisa ser construída entre os envolvidos. É o que afirma Picchi (2002):

Consideradas e respeitadas às necessidades educacionais especiais de um aluno, seus pais e demais familiares devem assumir seus papéis como corresponsáveis do programa a ser desenvolvido. Necessário se faz sensibilizá-los, fortalecê-los para serem inseridos no programa educativo, pois além de serem elementos facilitadores para o bom desenvolvimento do aluno, são os que o conhecem melhor e serão, com certeza, os primeiros beneficiados quando de sua independência e melhoria no convívio familiar e social. (PICCHI, 2002, p. 95).

O tema inclusão precisa primeiro ser discutido e repensado na família, pois antes de ser aceito pela sociedade é a escola que o receberá. Ele precisa ser aceito por sua própria família que ajudará a escola a cumprir seus objetivos.

2.3.4 A inclusão

Educação inclusiva trata-se de um trabalho em que a escola se adapta ao indivíduo que se busca incluir e não o contrário. Isso deve ficar bem claro para a sociedade em que a escola esteja inserida. (BRASÍLIA, 1994).

Quanto ao conceito de integração escolar o livro do MEC- Política Nacional de Educação Especial declara ser um:

Processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa escolar refere-se ao processo de educar ensinar, no mesmo grupo, a crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola. (BRASÍLIA, 1994, p. 18).

A sociedade em sua maioria ainda tenta *camuflar* o preconceito do convívio, tentando de todas as formas comprovarem que os deficientes devem viver em *bolhas*, isolados do convívio social. No entanto, com o avanço da divulgação sobre a inclusão e o papel da sociedade frente à mesma, essa visão de discriminação e pensamento de incapacidade é deixada de lado. (PASSOS, 2009).

Ao falar sobre a educação inclusiva com enfoque no *Transtorno do Espectro Autista*, não está abordando-se apenas um mero desejo, pois a mesma é um direito do autista e de seus familiares e um dever da escola, a qual a família busca usufruir (PASSOS, 2009).

Passos (2009) relata:

Movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formação de uma política de integração e de educação inclusiva, sendo que seu ápice foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais em assembleia geral, na cidade de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994. (PASSOS, 2009, p. 29).

Que a escola de ensino regular não pode recusar a matrícula de aluno portador de algum tipo de deficiência, isso todos já sabem, mas o que fazer quando a escola para não recusar, acaba deixando de lado a qualidade por não ter suporte profissional para atender tal especificidade? É um fator que precisa ser analisado e é confirmado por Passos (2009, p. 68) quando descreve que “Segundo a UNESCO os esforços para conceder acesso à educação a todas as crianças deixaram de lado a qualidade de ensino provida nas escolas. [...] e o acentuado despreparo dos professores para trabalharem com estas populações, especialmente as economicamente desfavorecidas”.

Dentro da Coletânea da Legislação Referente aos Direitos da Pessoa portadora de deficiência ressalta: “A lei, por si só, não tem o condão de alterar a realidade social. O que pode modificá-la, isto sim, é o exercício dos direitos nela previsto”. (CURITIBA, 1997, p. 03). Ou seja, cada cidadão deve fazer-se da lei para exigir seus direitos. Ela por si só não tem poder algum. A realidade social e inclusiva depende de cada indivíduo e suas atitudes perante os desafios que enfrentam. Ainda pela Coletânea:

Uma sociedade inclusiva tem, em seus alicerces, a crença de que todas as pessoas têm direito à participação ativa nas relações sociais contribuindo de alguma forma para o seu desenvolvimento. No processo de inclusão, busca-se dissipar barreiras e estigmas consolidados em relação a grupos marginalizados socialmente, do qual fazem parte os portadores de deficiência. (CURITIBA, 1997, p. 7).

São as leis, com necessidades de serem conhecidas, que têm a garantia do desenvolvimento de um deficiente, pois se o conhecimento é construído socialmente, então nenhum ser humano deve ficar isolado, mesmo que precise de um tempo maior para aprender.

3 METODOLOGIA

Diversas são as modalidades de pesquisa que se pode aplicar para mostrar de forma clara o caminho metodológico utilizado para a realização da pesquisa. De acordo com Vergara (2006) uma pesquisa pode ser dividida quanto aos meios e quanto aos fins.

A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista em forma de questionário para obtenção das informações pertinentes a discussão do tema.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 139) “pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Para tanto foram realizadas entrevistas com profissionais na área da educação do município de Paraíso do Norte: secretária de Educação Marcilene Orlando Vandal em um primeiro momento e logo após com diretoras e coordenadoras da rede municipal infantil, sendo duas Escolas de Educação Infantil e duas do Fundamental.

Na entrevista foi questionada a opinião de cada profissional sobre o tema inclusão, além de perguntas relacionadas ao desenvolvimento da escola quanto ao aluno com deficiência desde a matrícula até ao direcionamento pedagógico do mesmo, além de informações como a quantidade de alunos dentro do processo de inclusão e qual as deficiências mais comuns detectadas nas escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada com a Secretária de Educação do município de Paraíso do Norte, Marcilene Orlando Vandal percebe-se que o tema inclusão é pensado e dado atenção no Ensino Fundamental de Paraíso do Norte, pois quando se perguntou sobre a opinião da mesma referente à inclusão é relatado que a preocupação maior é atender esses alunos com deficiência, promovendo a inclusão de forma responsável, onde se valorize as diferenças. Ao questionar como se dá o atendimento dos alunos com deficiência dentro das instituições de ensino foi relatado que as deficiências intelectuais são atendidas na modalidade de educação especial e que ao ingressarem no ensino regular há um acompanhamento de uma psicóloga e a criança é atendida no contra turno e se for o caso de uma necessidade de atendimento mais especializado o caso é levado para a secretaria de saúde que passa também a fazer um acompanhamento.

Por fim a entrevistada informa que o maior desafio dentro do processo de inclusão é não ter avançado de forma satisfatória no atendimento especializado, bem como, currículo adaptado e formação continuada direcionada a esse tipo de atendimento, sendo a formação de professores pouco eficaz.

O papel da secretária de educação do município de Paraíso do Norte é importante no processo de inclusão de alunos com deficiência, pois a partir dela o trabalho é direcionado e fiscalizado. Assim através dessa pesquisa foi constatado que o município de Paraíso do Norte tem como premissa o processo de inclusão e como relatado ainda sofre com a falta de capacitação e mecanismos que facilitem e qualifiquem o ensino e aprendizagem. Para averiguar como o processo da inclusão ocorre nas instituições, na prática do dia a dia e para sanar dúvidas foi pedido à secretaria de educação uma autorização para realizar várias entrevistas com diretores (as) e ou coordenadores (as) das instituições de ensino, seja educação infantil e/ou ensino fundamental.

Com base na pesquisa foi constatado que todos os entrevistados têm entre quatro e dez anos de atuação na área de direção e coordenação escolar. Ao perguntar aos entrevistados se ao matricular o aluno autista ou com algum tipo de deficiência se é disponibilizado o diagnóstico do mesmo, todos os entrevistados declararam que sim e quando questionado o porquê, foi relatado por todos que o diagnóstico serve como um ponto de partida para que se possa realizar um acompanhamento e atendimento desse aluno segundo suas necessidades e ao mesmo tempo acompanhar sua evolução. Ao perguntar se a escola considera importante o acesso ao diagnóstico, todos responderam que o diagnóstico facilita o trabalho da equipe pedagógica, permitindo que seja direcionado de forma específica ao aluno e também facilita na conscientização dos professores frente ao desafio da inclusão do aluno.

Ao indagar sobre a realidade da escola pública e tendo base na Lei N° 06/2003 de 06 de dezembro de 2006, foram perguntados quais as maiores dificuldades da escola em cumprir o seu papel, assim sendo, à falta de adequações no ambiente, quantidade de aluno em sala, conscientização por parte dos professores e capacitação foram as dificuldades mais citadas pelos entrevistados.

Na entrevista também foi questionado sobre os tipos de deficiência que atualmente se tem nas escolas e quais as práticas pedagógicas utilizadas para atender esses alunos. Como resposta percebe-se que a maior parte das deficiências são: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Autismo e deficiência auditiva, sendo que em apenas uma instituição se encontra a maior parte de alunos com deficiência e é a única que possui sala especial. Percebe-se, que o autismo está entre as três deficiências mais encontradas na rede regular de ensino de acordo com a pesquisa realizada na cidade de Paraíso do Norte. Portanto é uma realidade que precisa sim ser discutida e analisada. Também se faz necessário analisar que dentre as deficiências citadas não foi citada a deficiência visual e motora, indicação de que a inclusão no município pesquisado, não abrange todas as deficiências, apenas as consideradas mais leves, visto que inclusive o autismo em destaque foi considerado em grau leve.

Entre as práticas pedagógicas citadas pelos entrevistados estão o atendimento com a equipe pedagógica e profissionais especializados como: psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos, além de recursos como sala especial, de apoio e recurso e em uma única instituição foi citado atendimento ao Centro de Atendimento aos Surdos (CAS). Outro ponto citado que deve ser destacado foi à adaptação curricular entre o professor de sala comum e o da sala de recursos, que é um fator muito importante dentro do processo de inclusão, afinal não é só a inclusão social, mas incluir o aluno como um todo através de aprendizagem satisfatória para o mesmo.

Quando é questionado se a escola possui recursos tecnológicos que facilitem o desenvolvimento do aluno com deficiência apenas uma instituição citou ter computadores e notebook, porém não especificou se estes equipamentos são adaptados para tais deficiências atendidas na instituição. As demais afirmaram não ter equipamentos tecnológicos específicos e que os alunos fazem uso de equipamentos comuns a todos, indicação de aprendizagem comprometida. Questão esse preocupante, pois há informações científicas que afirmam ser os recursos tecnológicos importantes no processo de inclusão e que ajuda o aluno a se desenvolver tanto socialmente como fisicamente, pois facilita o diálogo, a movimentação e a interação com os demais alunos.

Para concluir a pesquisa, foi perguntado se a escola fornece aos professores capacitação profissional, se a família tem um atendimento especial e como é a relação família/escola. A resposta foi unânime, a secretaria de educação do município oferece formação continuada, porém não específica na área e que o professor é que tem que buscar a sua formação. A escola oferece materiais. Em relação aos pais são feitas reuniões com a equipe pedagógica e quando necessário com a equipe de profissionais de apoio, como relatado, psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos. Na relação família/escola, citada por todos

os entrevistados uma boa relação e que há troca de informações e auxílio para que a família faça parte do processo de inclusão.

5 CONCLUSÃO

A realização dessa pesquisa possibilitou concluir que os desafios da inclusão vão além do que muitos imaginam. Ao considerar as respectivas leis que tratam do assunto parece ser bem claro, mas na prática é bem diferente. Há falta de informação e os desafios da inclusão estão presentes na escola. Os pais, os alunos e o ensino regular não estão preparados para receber os alunos com autismo e outras deficiências também.

A pesquisa de campo realizada para obtenção de dados consistentes exemplifica o que foi discutido na revisão literatura, em que os desafios são vários, as soluções ainda são utopia e ainda há um caminho longo a ser percorrido.

Através das informações coletadas é possível constatar que a inclusão dentro do município em estudo não está eficaz. Conforme relatado nas entrevistas, o atendimento não é satisfatório e precisa ser melhorado e adaptado de forma que o aluno possa ser atendido com respeito, qualidade e se desenvolva dentro do seu aspecto físico e intelectual que permitam oportunidades na sociedade competitiva e individualista.

Dessa forma, a inclusão é uma luta diária que a família e os alunos sofrem devido o descaso por parte do ensino regular em função da ausência de profissionais especializados. Os desafios da inclusão de alunos com autismo no ensino regular estão presentes em todos os segmentos da sociedade e para entender é preciso aceitar a inclusão como algo real e importante.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thamires. QUEBRANDO TABU. Disponível em: <https://quebrandotabuadocao.com.br/2017/07/24/casos-de-autismo-sobem-para-um-a-cada-68-criancas-especialistas-explicam/>. Acesso em: 21 março 2018.

ARNS, Flávio. **Direitos da pessoa com deficiência: conhecer para exigir**. (Organização Elizabety Aparecida Pereira e Ivanilde Maria Tibola). Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Flávio Arns, 2008.

ATEAC. Disponível em: <http://ateac.org.br/tipos-de-autismo/>. Acesso em: 09 abril 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Tendências e Desafios da Educação Especial**. Organizadora Eunice M.L. Soriano de Alencar. Brasília: SEESP, 1994. 263 p.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP**. Brasília: a Secretaria, 1994. 66 f.

CANZINI, Maria de Lourdes B. **Educação Especial: visão de um processo dinâmico e integrado**. Curitiba. EDUCA - Editora Universitária Champagnat da Universidade Católica do Paraná, 1985. 108 p.

CAVALCANTE, Ana Elizabety; ROCHA, Paulina Schmidtbauer. **Autismo: construções e desconstruções**. 3. ed. rev. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007. (Coleção Clínica psicanalítica/ dirigida por Flávio Carvalho Ferraz).

COMPORTE-SE. Disponível em: <https://www.comportese.com/2010/09/autismo-um-breve-historico>. Acesso em: 27 fevereiro 2018.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 5.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Projeto de Lei do Senado Federal- PLS n.º 06/2003**. Aprovado no Senado Federal, dia 06/12/2006. Em tramitação na Câmara dos deputados - Projeto de Lei- PL n.º 7,699/2006. Brasília. DF. 2008.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Carolina. QUEBRANDO TABU. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>. Acesso em: 21 março 2018.

PICCHI, Magali Bussab. **Parceiros da Inclusão Escolar**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002. 115 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VITUDE BLOG. Disponível em: <https://www.vitude.com/blog/sindrome-de-asperger/2017>. Acesso em 20 março 2018.